



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**PROCESSO Nº 68/2024**  
**Modalidade: INEXIGIBILIDADE Nº 06/2024**

Legislação: Lei 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 3243/2024, de 12 de Janeiro de 2024, da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação aplicável.

**Tipo: INEXIGIBILIDADE, Art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021**

**OBJETO:**

**CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO, LEI 13.146/2015, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DEMAIS NORMAS LEGAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS VIGENTES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.**

INTERESSADOS:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Registro de Preços:	Instrumento Contratual:	Forma de Julgamento:
NÃO	CONTRATO	CREDENCIAMENTO
Prazos:	Início: 08/11/2024 - 8:00hrs Final: 08/11/2025 - 8:00hrs	
ENTREGA DAS PROPOSTA:	08/11/2024 - Hora: 08:00hrs	
ABERTURA DA SESSÃO:	08/11/2024 - Hora: 08:00hrs	
REFERÊNCIA DE TEMPO:	horário de Brasília (DF).	
PLATAFORMA DE DISPUTA:	Edital completo e sessão pública do Pregão em: <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br/processos">www.portaldecompraspublicas.com.br/processos</a>  Edital e outros anexos estão disponíveis para download também no endereço <a href="https://botuvera.atende.net">https://botuvera.atende.net</a>	
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:	Órgão: 05 - [ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO ] Unidade: 001 - [ Fundo Municipal de Assistência Social ] Tipo Ação: Atividade - Ação: 0063 - Funcional: 0008.0244.0009 - [ CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS ] Elemento: 33390000000000000000 - [ Aplicações diretas ]	
PAGAMENTO:	Até o 5º(quinto) dia do mês subsequente ao da prestação de serviços.	
VIGÊNCIA:	12(doze) meses, prorrogáveis nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133/2021.	



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO**  
**CREDENCIAMENTO MUNICIPAL Nº 01/2024**  
**PROCESSO N.68/2024 - INEXIGIBILIDADE N.06/2024**

O Município de Botuverá, através da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de Botuverá, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 83.102.350/0001-96, localizada na Rua Vereador Honório Comandolli n.70, Bairro Centro, CEP-88.295-000, Botuverá /SC, devidamente representada neste processo pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Sra. **JUSSARA DE OLIVEIRA**, que no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar por meio de CREDENCIAMENTO, na forma ELETRÔNICA, com a finalidade de credenciar instituições especializadas em prestação de serviços, mediante contrato específico, de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n. 3.243/2024, Lei 10.741/2003-Estatuto do Idoso, Lei 13.146/2015-Lei Brasileira de Inclusão(LBI), e demais disposições aplicáveis, assim como os critérios e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1. DO OBJETO**

1.1. O presente edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO, LEI 13.146/2015, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** e demais normas legais Federais, Estaduais e Municipais vigentes, conforme Termo de Referência – Anexo I deste edital.

**2. DOS RECURSOS FINANCEIROS**

2.1. As despesas decorrentes do presente Credenciamento correrão à conta do Orçamento vigente e posteriores do Fundo Municipal de Assistência Social de Botuverá, conforme abaixo previamente indicados:

Órgão: 05 - [ SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e HABITAÇÃO ]

Unidade: 001 - [ Fundo Municipal de Assistência Social ]

Tipo Ação: Atividade - Ação: 0063 - Funcional: 0008.0244.0009 - [ CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS ]

Elemento: 33390000000000000000 - [ Aplicações diretas ]

**3. DATAS, LOCAIS E HORÁRIOS**

3.1. O edital de credenciamento ficará aberto pelo período de 1(um) ano, podendo ser prorrogado em caso de necessidade da Secretaria e Fundo Municipal de Assistência Social.

3.2. Os proponentes interessados deverão encaminhar o **PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, exclusivamente** via Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas através do link: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado, **nos prazos fixados**, onde deverão contar a primeira sessão de abertura no prazo de 8(oito) dias úteis após a publicação deste edital, nos termos do art. 28 do Decreto Mun. 3.243/2024.

3.3. Excedendo este período, o Edital permanecerá aberto durante 12(doze) meses para novos credenciados, sendo a contratação do objeto dependerá da necessidade do serviço por parte da Secretaria e Fundo Municipal de Assistência Social de Botuverá/SC, onde deverá manter publicado a lista atualizada dos Credenciados no *site* oficial do Município de Botuverá.

3.4. O edital e seus anexos estarão disponíveis para download na Página Oficial do Município e, <https://botuvera.atende.net>, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP, <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, assim como, na Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

[www.portaldecompraspublicas.com.br/](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/).

#### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste processo de Credenciamento pessoas jurídicas que atendam as disposições deste Edital, consoante ao item 9 do Termo de Referência que integra Anexo I.

4.2. A participação no credenciamento implica integral e incondicional aceitação de todas as cláusulas e condições do presente edital, de seus anexos e das normas que o integram, bem como no enquadramento destas condicionantes do objeto social;

4.3. As proponentes deverão apresentar pedido de credenciamento com a indicação do representante (conforme anexo III do Edital) para praticar todos os atos necessários em nome da proponente em todas as etapas do credenciamento, ou documento que comprove sua capacidade de representar, no caso de sócio ou titular;

4.4. Não poderão participar do presente credenciamento pessoas físicas ou jurídicas que porventura estejam enquadrados nos seguintes casos:

I. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

IV. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

V. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VI. Agente público do órgão ou entidade licitante;

VII. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

VIII. Que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração direta ou indireta, com qualquer órgão Público Federal, Estadual, Municipal ou Distrito Federal.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E ABERTURA DA SESSÃO**

5.1. Os interessados em participar do presente credenciamento deverão encaminhar o **PEDIDO DE CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, no prazo estabelecido no item 3 e seus subitens deste edital devidamente assinado;

5.2. As documentações que foram entregues fora do prazo estabelecido no item 3.1. deste edital não serão objeto de análise;

5.3. As análises da documentação dos interessados, protocolados no período previsto no item 3.2., serão realizadas pelo Agente de Contratação e Equipe de apoio, que ocorrerão conforme encaminhamentos dos pedidos de credenciamento, e terão poderes para indeferir a habilitação do proponente que não tiver atendido a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital;

5.4. O Agente de Contratação poderá durante a sessão verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos no item 6;

5.5. Ao final do exame dos documentos de todos os proponentes, a comissão lavrará ata, constando o julgamento das documentações apresentadas e divulgará na página oficial do Município de Botuverá <https://botuvera.atende.net>, bem como na Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

## 6. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Deverão ser apresentados os documentos de habilitação rubricados em todas as suas páginas por representante legal da proponente ou preposto.

6.1.1. Todos os documentos relacionados neste item deverão ser apresentados, se solicitados posteriormente, em original ou em fotocópia autenticada por cartório ou pela comissão, mediante a exibição dos originais;

6.1.2. Serão aceitos documentos originais, cópias ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte da comissão;

6.1.3. Serão aceitos comprovantes obtidos na rede internet, desde que os mesmos tenham sua validade confirmada pela Comissão de Licitação.

6.2. Os documentos a serem apresentados são:

### 6.2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 6.2.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade referente a **Tributos Federais** e Dívida Ativa da União expedida pelo Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do credenciante;
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do credenciante;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, fornecida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A e 883-A da CLT;

Obs.: Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, sendo que se o prazo de validade não constar em algum documento, será considerado válido por um período de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

### 6.2.3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.
- b) Certidão Negativa Correccional – CGU (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

### 6.2.4. DOCUMENTAÇÃO PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DOS SERVIÇOS:

- a) **Responsável Técnico:** Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, bem como o número de inscrição no conselho competente, carga horária, qualificação/nível superior/técnico dos responsáveis pelos serviços especializados, conforme dispõe a NOB SUAS RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social).
- b) **Atestado de Capacidade:** Comprovação de capacitação operacional e idoneidade da credenciante, mediante apresentação de **certidão, ou atestado**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório dos serviços similares ao objeto deste credenciamento;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

- c) Alvará Sanitário da empresa, expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal competente.
- d) Alvará de Funcionamento, vigente;
- e) Alvará do Corpo de Bombeiros, vigente.

## **7. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

7.1. Declaração do licitante de que atende plenamente aos requisitos de habilitação, Declaração de que não emprega menor de 18 anos, Declaração de não parentesco, Declaração de idoneidade, Declaração dos Sócios ou Diretores de que não ocupam cargo ou função pública, etc, mediante apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA, modelo anexo VI.

7.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

7.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência (artigo 64 da Lei Federal n.14.133/2021).

7.4. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

## **8. DO JULGAMENTO**

8.1. O Agente de Contratação, no prazo de **até 5(cinco) dias corridos** do recebimento da documentação, dar-se-ia a análise e julgamento dos mesmos, devendo publicar as decisões, em até 05 (cinco) dias úteis, na Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas através do link: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, assim como no sítio eletrônico do MUNICÍPIO, da qual caberá recurso no prazo de 5(cinco) dias úteis e eventuais contra razões, também, no prazo de 5(cinco) dias úteis.

8.2. Serão inabilitados os proponentes que não atenderem às condições previstas neste Edital e aqueles que apresentarem documentação incompleta ou com borroses, rasuras, entrelinhas ou cancelamentos, emendas, ressalvas ou omissões, que a critério do Agente de Contratação, comprometam seu conteúdo.

8.3. O Agente de Contratação poderá, durante a sessão, verificar a regularidade dos documentos disponíveis para consulta on-line exigidos, que forem apresentados vencidos ou positivos.

8.4. No momento da verificação se o sistema estiver indisponível ficará o(s) proponente(s) com o ônus de não terem apresentado o documento ou terem apresentado com restrição.

## **9. DO CREDENCIAMENTO**

9.1. A Secretaria e Fundo Municipal de Assistência Social convocará regularmente o interessado para assinar o Termo de Credenciamento, dentro do prazo e condições estabelecidas, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nos Art. 155 e 156, da Lei nº 14.133/2021;

9.2. Convocação para assinatura eletrônica do Termo de Credenciamento:

9.2.1. Homologado o resultado, os credenciados serão convocados para assinatura eletrônica do Termo de Credenciamento, que deverá ocorrer no prazo de até 5(cinco) dias úteis contados da sua disponibilização na Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas através do link: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> e/ou através de envio do arquivo em endereço eletrônico da credenciada.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do Termo de Credenciamento poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do credenciado e aceita pela Administração;

9.2.3. O Credenciado receberá um e-mail no endereço cadastrado informando a disponibilização do documento para assinatura eletrônica.

9.2.4. É de responsabilidade exclusiva do usuário a consulta acerca da disponibilização do documento para assinatura no seu ambiente virtual.

9.3. Caso a assinatura do Termo de Credenciamento seja realizada por um procurador designado pelo proponente, deverá ser apresentada a procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar o interessado.

## **10. DA CONTRATAÇÃO**





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**10.1.** Para cada credenciado, será cadastrado 1(um) processo de inexigibilidade para a emissão do Termo de Contrato / Credenciamento, sendo convocado para assinar o Contrato / Credenciamento no prazo de 5(cinco) dias úteis contados de sua convocação, por meio de **ofício** na plataforma de comunicação interna 1Doc ou via e-mail, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**10.2.** O prazo previsto para assinatura do Termo de Contrato/Credenciamento poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

**10.3.** Se o credenciado, no ato da assinatura do Termo de Contrato / Credenciamento, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura do Termo de Contrato/Credenciamento, poderá ser convocado o próximo, desde que respeitada a ordem de classificação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

**10.4.** O credenciado deverá manter, até o cumprimento final de sua obrigação, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento, devendo comunicar imediatamente à Secretaria/Fundo Municipal de Assistência Social qualquer alteração que possa comprometer o objeto contratado.

**10.5.** Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, prazo de execução, fiscalização, obrigações da Secretaria/Fundo Municipal de Assistência Social e da CONTRATADA estão previstos neste Edital e seus anexos.

**10.6.** O Termo de Contrato terá a vigência de 1(um) ano ou até a conclusão do seu escopo, a contar da data de sua assinatura, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/21;

**10.7.** A extinção do Termo de Contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Secretaria/Fundo Municipal de Assistência Social, nos casos enumerados nos Artigos 137, 138 e 139, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações, bem como, rescindido amigavelmente, a qualquer tempo, mediante condições determinadas na Lei e, com aviso prévio de 30(trinta) dias.

**10.8.** Hipótese do DESCREDENCIAMENTO:

**10.8.1.** A SECRETARIA poderá rescindir o Termo de Credenciamento por interesse público a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**10.8.2.** Deverá ser descredenciada a clínica que não cumprir, de forma satisfatória, as avenças estabelecidas no Termo de Credenciamentos consubstanciados nas características básicas do atendimento definidos nesse Termo de Referência, independentemente da aplicação das penalidades previstas no competente Edital Convocatório, sem assistir à credenciada direito a qualquer indenização, ficando garantido o contraditório e a ampla defesa e o seguinte:

**10.8.3.** Constituem-se, ainda, motivos para a suspensão do Termo de Credenciamento, por parte da Credenciante:

- a) Atender aos beneficiários de forma discriminada e prejudicial, devidamente comprovada;
- b) Exigir caução para o atendimento aos beneficiários;
- c) Cobrar diretamente dos beneficiários valores referentes a serviços prestados a título de complementação de pagamento;
- d) Reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente, devidamente comprovada;
- e) Agir comprovadamente de má-fé, com dolo ou fraude, causando prejuízos ao Credenciante ou aos beneficiários;
- f) Deixar de comunicar, injustificadamente, a Prefeitura, alteração de dados cadastrais;
- g) Deixar de comunicar, previamente, a Prefeitura a alteração de endereço para fins de vistoria;
- h) Deixar de atender ao beneficiário alegando atraso no recebimento dos valores já faturados;

**10.8.4.** Salienta-se que o credenciamento das respectivas instituições não geram a Secretaria de Desenvolvimento Social nem ao Município de Botuverá/SC quaisquer vínculos de natureza trabalhista e/ou previdenciária em relação aos empregados e prepostos da empresa vencedora, respondendo exclusivamente a empresa vencedora por toda e qualquer ação trabalhista e/ou indenizatória por eles propostas, bem como pelo resultado delas.

## **11. DO PAGAMENTO:**

**11.1.** O pagamento será efetuado até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contados da liquidação da despesa.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**11.1.1.** Para fins de cálculo do pagamento da entidade credenciada, será considerado o período em dias de internação/permanência do acolhido, podendo este ser fracionado, dividindo-se o valor mensal pelo número de dias de acolhimento.

**11.1.2.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

**11.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**11.3.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.4.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.5.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.6.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**11.7.** Demais condições de recebimento do objeto e pagamento, estão relacionadas no Termo de Referência e outros anexos que tratam do assunto.

## **12. DOS PRAZOS**

**12.1.** O prazo de vigência do Termo de Credenciamento iniciar-se-á na data de sua assinatura e terá validade durante 1 (um) ano.

**12.2.** O Termo de Contrato firmado com cada credenciado, terá a vigência de 1(um) ano, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme arts. 106 e 107 da Lei 14.133/2021;

**12.3.** Para fins da contagem dos prazos previstos, será considerada como data de assinatura dos Termos de Credenciamento e Contrato a data da última assinatura (dia/mês/ano) dos signatários referenciados no preâmbulo do referido instrumento.

## **13. DA GESTÃO**

**13.1.** A gestão do credenciamento será realizada pela Comissão de Gestores, sendo esta responsável pela fiscalização e controle dos credenciamentos.

**13.2.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1(um) ou mais fiscais do contrato, representantes especialmente designados pelo responsável da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, conforme requisitos estabelecidos no Art. 7º da Lei 14.133/21, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

## **14. DAS SANÇÕES**

**14.1.** As sanções administrativas que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantida a prévia defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, observando os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

**14.1.1.** Comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do objeto contratado;

**14.1.2.** Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante;

**14.2.** Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

**14.2.1.** Der causa à inexecução parcial do contrato;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

- 14.2.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 14.2.3. Der causa à inexecução total do contrato;
- 14.2.4. Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
- 14.2.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 14.2.6. Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;
- 14.2.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- 14.2.8. Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 14.2.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 14.2.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação.
- 14.2.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 14.3. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.3.1. **Advertência**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.3.2. **Multa**, que poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:
- 14.3.2.1. **0,50% (cinquenta centésimos por cento)** por dia, nos casos de apresentar documentação falsa exigida para o credenciamento e/ou não celebrar Termo de Contrato;
- 14.3.2.2. **0,50% (cinquenta centésimos por cento)**, por dia de atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Termo de Referência – Anexo II do edital, até o limite de 15(quinze) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
- 14.3.2.3. **0,50% (cinquenta centésimos por cento)** por dia, nos casos de inexecução total do Termo de Contrato, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
- 14.3.2.4. **De até 0,50% (cinquenta centésimos por cento)** por dia, em caso de inexecução parcial do Termo de Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
- 14.3.3. **Impedimento de licitar** e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.2.2. a 14.2.6. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 14.3.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3(três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos sub itens 13.2.7. a 13.2.11., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 14.4. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 14.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.4.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.
- 14.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.7. As penalidades de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções e deverão ser pagas através de depósito bancário em conta e prazo indicados no edital ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

## **15. DAS INSTRUÇÕES E NORMAS PARA RECURSOS**

- 15.1. Os recursos deverão:
- 15.2. Obedecer ao disposto no art. 165, da Lei nº 14.133/21, e alterações posteriores:
- 15.2.1. Ser encaminhados ao Agente de Contratação;





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

15.2.2. Estar acompanhado da respectiva representatividade e, quando for o caso, de procuração; 15.2.2.1. Não serão conhecidas impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

15.3. Ser encaminhados Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas através do link: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/> ;

## **16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

16.1. O presente edital de credenciamento e seus anexos são complementares entre si, qualquer detalhe mencionado em um dos documentos e omitido no outro, será considerado especificado e válido.

16.2. Para os casos omissos no presente edital, prevalecerão os termos da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores e demais legislações em vigor.

16.3. Todas as publicações como alterações ou prorrogações do edital, resumo de atas de julgamento etc serão publicadas na forma da Lei.

16.4. Fica o proponente ciente de que a simples apresentação da documentação implicará aceitação das condições estabelecidas neste edital.

16.5. Os pedidos de informações e de vistas ou esclarecimentos que se fizerem necessários ao perfeito entendimento do presente edital deverão ser solicitados via Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas através do link: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

16.6. Não existirá um número mínimo ou máximo de credenciados.

16.7. Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação relativa ao presente credenciamento.

16.8. O presente credenciamento poderá vir a ser revogado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulado no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

16.9. O Município de Botuverá não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital, senão aquelas que estiverem assinadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

16.10. Todos os questionamentos recebidos e respectivas respostas, informações/alterações, relativos ao presente Edital, serão postados no endereço eletrônico <https://botuvera.atende.net> <https://botuvera.sc.gov.br> e <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, sendo de exclusiva responsabilidade do interessado o seu acompanhamento.

## **17. DOS ANEXOS**

17.1. Fazem parte do presente edital de credenciamento:

- a) Anexo I – Estudo Técnico Preliminar e orçamento;
- b) Anexo II – Termo de Referência;
- c) Anexo III – Pedido de Credenciamento;
- d) Anexo IV – Termo de Credenciamento;
- e) Anexo V – Minuta do Termo de Contrato;
- f) Anexo VI – Declaração Unificada.

Botuverá, 25 de Outubro de 2024.

---

JUSSARA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Assistência Social  
Fundo Municipal de Assistência Social



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**ANEXO I**  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

Abertura de Edital para o credenciamento de serviços de acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, Lei 13.146/2015, serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e acolhimento institucional para pessoas com deficiência e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

A presente contratação justifica-se tendo em vista a necessidade de:

- a) *contratação de vagas em Instituição Especializada em acolhimento institucional, com grau de dependência I, II e III, mediante determinação judicial, tendo em vista a previsão para os idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, que se encontram em situação de rua ou abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, ou ainda familiares sem possibilidades de proporcionar-lhes os cuidados necessários.*
- b) *Necessidade de acolhimento institucional para crianças e adolescentes que são afastados de sua família de origem por determinação judicial, e que no momento não encontra-se família extensa, nem tão pouco família acolhedora para realizar o acolhimento.*
- c) *Necessidade de acolhimento para pessoas com deficiência ao qual não apresentam familiares para manter os cuidados referentes a pessoa por determinação judicial.*

Analizando a ocorrência de não dispor deste serviço na Rede Sócio assistencial do município, há a necessidade de contratação na rede pública ou privada para bom atendimento desta população da cidade que se enquadre no perfil para acolhimento.

É importante destacar que a instituição deverá ser mais próxima possível para a visitação e preservação dos vínculos familiares, visando manter a convivência com o núcleo familiar.

Pelo motivo acima, se faz necessária o processo de credenciamento, no qual a Secretaria Municipal de Assistência Social, objetiva promover um processo democrático de contratação de Instituições especializadas, para ambos os sexos, proporcionando transparência e isonomia, bem como oportunizando participação ampla de empresas, promovendo a facilidade e comodidade de fiscalizações e acompanhamento dos acolhimentos por parte da Administração.

**2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL:**

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar não contempla o inciso II, § 1º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021, que prevê a necessidade de demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, em razão de que ainda não foi finalizado no Município de Botuverá, o referido Plano.

**3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Para atender a demanda o município poderá dispor de instituições que prestem acolhimento de maneira simultânea, considerando que não há garantias da disponibilidade de vagas que supram a demanda do Município em uma única instituição.

A Instituição deve garantir cuidados de saúde aos idosos, oferecendo assistência médica, enfermagem e cuidados especializados para atender as necessidades dos idosos, incluindo o acompanhamento de doenças crônicas.

Proporcionar um ambiente seguro e supervisionado, minimizando riscos de quedas, acidentes e abusos.

Estimular a interação social, combatendo o isolamento e a solidão frequentemente vivenciados pelos idosos que vivem sozinhos. Garantir alimentação adequada, fundamental para a saúde e bem-estar dos idosos.

Oferecer atividades recreativas e terapêuticas que promovam o entretenimento e o estímulo cognitivo.

Respeito aos direitos dos idosos, incluindo dignidade, liberdade e participação nas decisões que afetam suas vidas.

O serviço a ser executado deverá estar de acordo com as normativas da Tipificação dos Serviços Socio assistenciais, garantindo o sigilo e a privacidade das pessoas idosas acolhidas, respeitando os costumes, as tradições e as



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

diversidades em relação aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, a questão de raça/etnia, de crença, de gênero e orientação sexual, devendo permanecer acolhido até que seja possível o retorno à família de origem ou extensa, organizando-se em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto do Idoso e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Idosos” e das normas da ANVISA.

Os atendimentos devem ser prestados de forma personalizada, garantindo a individualidade e, ainda, em unidade institucional com característica domiciliar que acolha idosos com diferentes necessidades e graus de dependência.

Deve a instituição assegurar a convivência dos idosos com familiares, amigos e pessoas de referência, de forma contínua, bem como promover o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.

A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, assegurando o atendimento de qualidade, personalizado, sem lotação nos quartos e as ações devem pautar no incentivo do desenvolvimento do protagonismo e do desenvolvimento das capacidades para a realização de atividades da vida diária, favorecendo condições para a independência e o autocuidado.

A instituição deverá também promover o acesso dos idosos a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência e contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável, assegurando um espaço coletivo para o encontro entre os idosos acolhidos e destes de forma intergeracional, favorecendo a convivência familiar e comunitária, identificando necessidades e motivações, desenvolvendo potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, propiciando vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social dos usuários.

Deverá também:

- Favorecer a integração dos idosos por meio do incentivo à participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, possibilitando a inclusão por meio de ocupações internas e externas, relacionando-as aos interesses, vivências, desejos e às possibilidades ofertadas, colaborando com redes inclusivas no território;
- Acolher e garantir a proteção integral de forma individualizada e extensivo aos usuários com vínculos de parentesco na mesma unidade de acolhimento;
- Garantir a inclusão dos idosos com deficiência, prevenindo práticas segregacionistas e o confinamento;
- Oferecer ambiente e condições favoráveis ao processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência, violação de direito e a ruptura de vínculos;
- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária, sensibilizando grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e políticas setoriais e intersetoriais, desenvolvendo estratégias que estimulem e potencializem recursos das pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Desenvolver condições para a independência e autocuidados;
- Garantir a preservação da individualidade e de identidade de cada idoso e a guarda de seus pertences de forma acessível ao idoso, de modo que ele possa utilizar e dispor dos mesmos conforme o seu interesse e necessidade diária (vestimentas, roupa de cama e banho etc.);
- Garantir a proteção e os cuidados dos idosos durante em período integral (24 horas ininterruptas);
- Identificar situações de dependência e estimular hábitos e atitudes de autonomia e de interação social dos usuários com as pessoas da comunidade, oferecendo possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã respeitando o interesse e a escolha com autonomia;

### 3.1. Localização e infraestrutura

A unidade institucional deverá estar localizada, obrigatoriamente, dentro de uma distância não superior ao **RAIO DE 150KM (cento e cinquenta quilômetros) DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ**, objetivando a manutenção dos vínculos familiares e comunitários dos acolhidos, viabilizando o acompanhamento e fiscalização da equipe.

A presente exigência tem como objetivo prevenir a ruptura dos vínculos familiares, através da facilitação da logística de visitas por parte dos familiares e por profissionais servidores da Assistência Social para visitas e de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

acompanhamento aos usuários acolhidos.

Esta aferição será realizada pelo “google maps” através do site: <https://www.google.com.br/maps/dir/@-29.4629358,-51.1990785,14z/data=!4m2!4m1!3e0?entry=ttu>, tendo como ponto inicial de referencia o endereço sede da prefeitura.

Também deverá atender aos requisitos de infraestrutura física, exigidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas no Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

O serviço deverá ser executado em local de fácil acesso e de total segurança, possuir características residenciais com a estrutura física adequada, organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes, em adequação às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, acessibilidade, individualidade e privacidade, num ambiente acolhedor, sendo o endereço institucional utilizado como referência domiciliar aos acolhidos.

### **3.2. Documentos necessários:**

- 3.1.1. A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve estar legalmente constituída e apresentar:
- 3.1.2. Estatuto registrado, Registro de entidade social, Regimento Interno;
- 3.1.3. Declaração emitida pela entidade que está de acordo com as normas e valores definidos no presente edital e que realizará todos os procedimentos a que se propõe;
- 3.1.4. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 3.1.5. Inscrição no Conselho Municipal do Idoso do município onde está sediada a Instituição;
- 3.1.6. Dados pessoais do signatário (responsável legal) da instituição (nome completo, cargo, logradouro, estado civil, profissão, RG e CPF);
- 3.1.7. Dados do responsável técnico da instituição: (que de acordo com a RDC Nº 502, de 27 de maio de 2021 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, deve possuir ensino superior)- Nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo conselho profissional competente.
- 3.1.8. Relação nominal dos profissionais que compõem a equipe técnica do prestador, informando nome, CPF, carga horária semanal, cargo, função e número de inscrição no respectivo Conselho Profissional competente.
- 3.1.9. Certidões Negativas da Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista;
- 3.1.10. Alvará de licença emitido pela Vigilância Sanitária;
- 3.1.11. Alvará de localização e funcionamento regular emitido pela Administração Municipal.
- 3.1.12. Demais documentos poderão ser incluídos na elaboração do edital de credenciamento, conforme preceitua a Lei 14.133/2021

### **3.2. Recursos humanos – Equipe de referência exigida pela NOB/RH/SUAS**

A Instituição de Longa Permanência para Idosos deve dispor de recursos humanos com vínculo formal de trabalho, em conformidade com a equipe multidisciplinar prevista no Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA e que garantam a realização das atividades.

### **3.3. Da forma de acesso**

Os encaminhamentos dos idosos para a ocupação das vagas junto à instituição de acolhimento deverá ser realizado, exclusivamente, pela equipe de referência da Proteção Social Especial (média e alta complexidade) da Secretaria Municipal de Assistência Social, que realiza a regulação das vagas, mediante o encaminhamento do relatório devidamente instruído com os documentos pessoais e a requisição da vaga pela equipe técnica de referência, tratando-se exclusivamente de pessoas residentes no Município de Botuverá.

### **3.4. Utilização da aposentadoria do idoso**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

No caso do idoso possuir renda, esta poderá ser utilizada para pagamento de parte de sua internação, não excedendo a 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social, incluindo-se o Benefício da Prestação Continuada - BPC, percebido pela pessoa idosa, devendo constar a sua anuência no contrato de prestação de serviço, conforme previsto da resolução Nº 33, de 24 de maio de 2017, que estabelece diretrizes e parâmetros para a regulamentação do Art. 35 da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso). Bem como a garantia de que o percentual restante, de no mínimo 30%, deve ser destinado à própria pessoa idosa, a qual, a seu critério, lhe dará o destino que bem lhe aprouver, garantindo o direito de liberdade, dignidade e cidadania. Na situação acima, o Município arcará apenas com a diferença do valor do benefício (70%) e o valor da mensalidade da casa de repouso, podendo ainda se utilizar de outras receitas e rendimentos do idoso para o custeio da casa de acolhimento, tal como poupanças, aluguéis, entre outros declarados.

### 3.5. Da necessidade de internação hospitalar:

Em caso de internação hospitalar, a instituição deverá notificar imediatamente a Secretaria Municipal de Assistência Social de Botuverá, o estabelecimento hospitalar onde o paciente foi internado, devendo sempre ser enviado ao Sistema Único de Saúde – SUS.

Quando houver necessidade de acompanhante para o paciente durante a internação, será de responsabilidade de familiares e/ou da contratante.

### 3.6. Da necessidade de medicação e tratamento ambulatorial

Em caso de necessidade de medicamentos especializados, alimentação especial pertinente à doença, fraldas provenientes de enfermidade clínica, estas serão custeadas pelos familiares e/ou pela contratada. Outras necessidades dos idosos, ditas rotineiras e pertinentes ao acolhimento, que vierem a surgir durante esse período, deverão ser supridas e custeadas pela contratada.

## 4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES e DOS VALORES

4.1. Conforme levantamento de mercado, apresenta-se na tabela abaixo as quantidades estimadas para consumo e o valor unitário por vaga conforme o grau de dependência do acolhido:

Item:	Produto	UND.	QTDE.	Vlr.Unit.	Vlr. TOTAL
1	Prestação de serviços de Acolhimento de Idosos a partir de 60 (sessenta) anos de idade, em consonância com a Lei Ordinária nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso) e padrões mínimos de funcionamento definidos no Regulamento Técnico da RDC/ANVISA nº 283 de 26 de setembro de 2005 e demais inerentes. (sendo 01 vaga para acolhimento imediato ) (grau de dependência III). A fim de cumprir determinação judicial ou do Ministério Público.	1 VAGA/MÊS	12	5.512,50	<b>70.950,00</b>
2	Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade incompletos, de ambos os sexos, incluindo possível grupo de irmãos, com ou sem deficiência, afastadas do convívio familiar, em situação de risco e/ou vulnerabilidade social. A fim de cumprir determinação judicial ou do Ministério Público.	3 VAGA/MÊS	36	5.500,00	<b>198.000,00</b>
3	Contratação de Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência – Residência Inclusiva. Características: Jovens e Adultos com deficiência, com idade entre 18 a 59 anos, de ambos os sexos, cujos vínculos familiares estejam rompidos ou extremamente fragilizados. A contratada deverá oferecer acolhimento	1 VAGA/MÊS	12	8.890,00	<b>106.680,00</b>





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

ininterrupto e integral e arcara com todos os custos operacionais em relação a execução do serviço, bem como: alimentação, vestuário, higienização, fraldas (se necessário), cuidados médicos incluindo medicamentos, atividades socioeducativas, espaços de referência, enquanto perdurar a necessidade de acolhimento. Promover o desenvolvimento das capacidades adaptativas para a vida diária: promover a convivência entre os residentes e a comunidade. A fim de cumprir determinação judicial ou do Ministério Público.				
<b>TOTAL ESTIMADO R\$...</b>				<b>375.630,00</b>

## 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

- 5.1. O valor orçado da contratação contou com as fontes de pesquisa elencadas no artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, e após o levantamento, os dados foram tabulados em planilha de excel para obtenção da média.
- 5.2. Os preços são formulados conforme localização geográfica das instituições, demanda de vagas, porte da estrutura oferecida, sendo que por isso não há parâmetro fixo para avaliação dos preços.
- 5.3. A pesquisa direta com fornecedores das instituições regionais foi realizada por e-mail.
- 5.4. Foram utilizados também dados de pesquisa publicada em mídia especializada e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, incluindo a data e a hora de acesso, além de atas de contratações similares feitas pela Administração Pública.
- 5.5. Dos valores cotados, foi calculada a média aritmética regional do valor, sendo este definido como valor máximo por item a ser aceito pela Administração.
- 5.6. A cotação de preços detalhada encontra-se em documentação anexa denominada MAPA DE PREÇOS.

## 6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. Mediante estudo técnico, constatou-se que a contratação de uma Instituição de Longa Permanência Para Idosos é a alternativa mais adequada para garantir os cuidados básicos imprescindíveis àqueles que necessitam de acolhimento institucional, visto que a implantação deste serviço com recursos do município seria inviável no momento. A construção e manutenção de uma ILPI demandaria investimentos significativos em infraestrutura e equipe.
- 6.2. Considerando ainda a necessidade urgente de acolhimento da demanda existente, não há tempo suficiente para a implantação de uma ILPI municipal. Desta forma, evidencia-se a necessidade de contratação na rede pública ou privada para bom atendimento da população idosa da cidade que se enquadre nos requisitos definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e a legislação vigente.

## 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

- 7.1. Considerando cumprir os requisitos supramencionados, sem prejuízo ao aspecto técnico e economicamente vantajoso, uma vez que busca sempre que possível, respeitando os parâmetros de qualidade e a ampliação da competição e evitar a concentração de mercado. Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso.
- 7.2. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que deverão ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

## 8. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

- 8.1. Garantir acolhimento institucional para idosos, nos casos em que a equipe de atendimento identifique a



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

necessidade de acolhimento e também para cumprimento de determinação judicial quando for o caso.

## **9. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS DO CONTRATO**

- 9.1. Para a contratação pretendida não haverá necessidade de providências prévias no âmbito da Administração.  
9.2. A Secretaria de Assistência Social indicará servidores para atuarem como gestor e fiscal do contrato em atendimento ao regulamento municipal.

## **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/ OU INTERDEPENDENTES**

- 10.1. Não existem contratações correlatas referentes ao objeto desta contratação.

## **11. IMPACTOS AMBIENTAIS**

- 11.1. Com a contratação pretendida, não haverá impactos ambientais, não sendo necessárias as respectivas medidas mitigadoras. Por essa razão, este Estudo Técnico Preliminar deixa de contemplar o disposto no inciso XII, § 1º, do artigo 18, da Lei nº 14.133/2021.

## **12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 12.1. A contratação é viável e necessária, e encontra-se dentro da previsão de despesas para as unidades solicitantes, sendo considerada a melhor solução  
12.2. Diante de todo o exposto, constata-se que a contratação de empresa para a prestação do serviço atende às finalidades precípuas da Administração.

Botuverá, Outubro de de 2024

JUSSARA DE OLIVEIRA  
Secretária Municipal de Assistência Social



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

## ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Abertura de Edital para o **CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO, LEI 13.146/2015, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes.

1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 3.243/2024.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12(doze) meses prorrogáveis, respeitada a vigência máxima decenal, caso seja demonstrada a vantajosidade de tal continuação, conforme disposto nos artigos nº 106 e nº 107 da Lei Federal 14.133/2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se tendo em vista a necessidade de contratação de vagas em Instituição Especializada em acolhimento institucional, com grau de dependência I, II e III. Tendo em vista a previsão para os idosos que não dispõem de condições para permanecer com a família, que se encontram em situação de rua ou abandono, com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, ou ainda familiares sem possibilidades de proporcionar-lhes os cuidados necessários, bem como, pessoas que não possuem 60 anos ainda, mas que de igual forma necessitam de cuidados referente à saúde, se encontram em situação de rua ou abandono e com vínculos familiares rompidos.

Analizando a ocorrência de não dispor deste serviço na Rede Socioassistencial do município, há a necessidade de contratação na rede pública ou privada para bom atendimento desta população da cidade que se enquadre no perfil para acolhimento.

É importante destacar que a instituição deverá ser mais próxima possível para a visitação e preservação dos vínculos familiares, visando manter a convivência com o núcleo familiar.

Pelo motivo acima, se faz necessária o processo de credenciamento, no qual a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, objetiva promover um processo democrático de contratação de Instituições especializadas, para ambos os sexos, com dependências de grau I, II e III, proporcionando transparência e isonomia, bem como oportunizando participação ampla de empresas, promovendo a facilidade e comodidade de fiscalizações e acompanhamento dos acolhimentos por parte da Administração.

### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços têm natureza de serviços comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. A contratação será realizada por meio de credenciamento, nos termos do art. 74, inciso IV e art. 79, inciso I,



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1. O objeto do credenciamento deverá ser executado no estabelecimento da CREDENCIADA, considerando os princípios básicos da tipificação nacional da Assistência Social, resolução nº 109/2009 do CNAS, vedada a subcontratação, correndo por conta da CREDENCIADA as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

5.2. A Contratada deverá oferecer: alimentação, vestuário, acolhimento em período integral (diurno e noturno), espaços de referência, higienização, cuidados médicos, incluindo medicamentos, fraldas se necessário, acompanhamento em consulta médica, exames e internação hospitalar, atividades socioeducativas, enquanto perdurar o acolhimento. Promover o desenvolvimento das capacidades adaptativas para a vida diária e promover a convivência entre os residentes.

5.3. O serviço deverá ser executado de forma integral e ininterrupta, ou seja, 24 horas por dia, pela contratada, na sede em que ocorrerá o serviço de acolhimento. Pessoas idosas com vínculo de parentesco ou afinidade – casais, irmãos, amigos, etc., devem ser atendidos preferencialmente na mesma unidade. Idosos com deficiência devem ser incluídos nesse serviço, de modo a prevenir práticas segregacionistas e o isolamento destes.

5.4. A contratada deverá enviar relatórios detalhados acerca das condições sociais, psicológicas e de saúde da pessoa idosa, sempre que requisitado pela equipe técnica do contratante, com prazo não superior a 5 dias da requisição;

Para realização do acolhimento e/ou desacolhimento, a equipe técnica do município de Botuverá, se responsabilizará pelo deslocamento da pessoa idosa até a instituição contratada ou de volta ao Município.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.6. Fiscalização**

6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), estes que serão devidamente nomeados e apresentados previamente à contratação conforme decreto mun. n. 3.243/2024.

#### **6.6.2. Fiscalização Técnica**

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 3.243/2024](#).

O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **6.6.3. Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 3.243/2024](#)).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **6.7. Gestor do Contrato**

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 3.243/2024](#));

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Recebimento**

7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação do relatório de prestação de serviços de acordo com os requisitos estabelecidos em termo de referência e edital de credenciamento.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela

incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7.2. Liquidação**

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.5. A Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

7.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **7.3. Prazo de pagamento**

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, contados da liquidação da despesa.

7.3.2. Para fins de cálculo do pagamento a entidade credenciada, será considerado o período em dias de internação/permanência do acolhido, podendo este ser fracionado, dividindo-se o valor mensal, pelo número de dias de acolhimento.

7.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IGP-M** de correção monetária.

### **7.4. Forma de pagamento**

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.3.2. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de CREDENCIAMENTO.

### **8.2. Forma de fornecimento**

Fornecimento será continuado.

### **8.3. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **8.3.1. Habilitação jurídica**

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor (o consolidado ou acompanhado de todas as alterações), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

### 8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de Regularidade referente a **Tributos Federais** e Dívida Ativa da União expedida pelo Procuradoria da Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- c) Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do credenciante;
- d) Prova de Regularidade com a **Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do credenciante;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da **CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas**, fornecida pelo TST – Tribunal Superior do Trabalho, com prazo de validade em vigor, nos termos do art. 642-A e 883-A da CLT;

Obs.: Todos os documentos deverão estar dentro do prazo de validade, sendo que se o prazo de validade não constar em algum documento, será considerado válido por um período de 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão.

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### 8.3.3. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.
- b) Certidão Negativa Correccional – CGU (<https://certidoes.cgu.gov.br>)

### 8.3.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E OPERACIONAL DOS SERVIÇOS:

- a) Responsável Técnico: Relação nominal dos recursos humanos disponíveis, bem como o número de inscrição no conselho competente, carga horária, qualificação/nível superior/técnico dos responsáveis pelos serviços especializados, conforme dispõe a NOB SUAS RH (Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social).
- b) Atestado de Capacidade: Comprovação de capacitação operacional e idoneidade da credenciante, mediante apresentação de certidão, ou atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento satisfatório dos serviços similares ao objeto deste credenciamento;
- c) Alvará Sanitário da empresa, expedido pelo Órgão Sanitário Estadual ou Municipal competente.
- d) Alvará de Funcionamento, vigente;
- e) Alvará do Corpo de Bombeiros, vigente.

### 8.3.5. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Declaração do licitante de que atende plenamente aos requisitos de habilitação, Declaração de que não emprega menor de 18 anos, Declaração de não parentesco, Declaração de idoneidade, Declaração dos Sócios ou Diretores de que não ocupam cargo ou função pública, etc, mediante apresentação da DECLARAÇÃO UNIFICADA, modelo anexo VI.

8.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o proponente às sanções previstas em lei e neste Edital.

8.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

novos documentos, salvo em sede de diligência (artigo 64 da Lei Federal n.14.133/2021).

8.6. A inscrição do interessado para o credenciamento mediante apresentação de requerimento de participação implicará a aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas no edital.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 375.630,00 anuais**, considerando a utilização de todas as vagas disponíveis neste período.

## **10. REAJUSTE CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

10.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

10.2. Após 01 (um) ano, poderão ser reajustados os valores pela correção monetária adotada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA/IBGE.

10.3. O reequilíbrio dos preços, com o consequente reajuste dos preços, poderá ser solicitado pelo detentor do contrato caso haja um encarecimento do produto/serviço no mercado, desde que imprevisível e que comprove devidamente o aumento, sem qualquer acréscimo em sua margem de lucro.

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**APROVO** o presente Termo de Referência e o **ENCAMINHO** ao setor competente para as providências necessárias de lançamento da licitação.

Botuverá/SC Outubro de 2024

**JUSSARA DE OLIVEIRA**  
**Secretária Municipal de Assistência Social**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**ANEXO III**  
**PEDIDO DE CREDENCIAMENTO**

Ao  
Setor de compras, Licitações e Contratos, da Prefeitura Municipal de Botuverá – SC  
Edital de Credenciamento nº 01/2024  
OBJETO: Constitui objeto deste credenciamento: **contratação de serviços de acolhimento Institucional de Longa Permanência para Idosos (ILPI), de acordo com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei 10.741/2003 – Estatuto do Idoso, Lei 13.146/2015 e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes**, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas no Termo de Referência do Edital.

**DADOS DA CREDENCIANTE**

Razão Social:				
CNPJ:		Inscrição Estadual:		
Endereço:				
Bairro:		CEP:		
Cidade:		Estado:		
Telefone (1):				
Telefone (2):				
e-mail:				
Dados Bancários:				
Representante Legal (1):				
Cargo:	RG:	Emissor:	CPF:	Data Nascimento:

Prezados Senhores,

Após examinar todas as cláusulas e condições estipuladas no Edital em referência, apresentamos nosso pedido de pré-qualificação para o credenciamento, nos termos consignados no mencionado ato convocatório e seus anexos, com os quais concordamos plenamente.

1. Declaramos conhecer os termos do Edital que regem o presente Credenciamento bem como aos seus Anexos.
2. Quaisquer reclamações deverão ser formalizadas por escrito e dirigidas ao nosso escritório, sito na Rua ....., na cidade de ....., fone ....., e-mail: ....
3. A CREDENCIADA é responsável pela qualidade dos serviços prestados, devendo reparar, corrigir ou refazer, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução.
4. A CREDENCIADA atesta que tem conhecimento e se compromete ao atendimento das exigências técnicas, habilitatórias, conforme ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA e demais anexos do Edital.

Local e data:

\_\_\_\_\_  
Responsável e/ou Representante Legal





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

TERMO DE CREDENCIAMENTO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ, POR INTERMÉDIO DO FUNDO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E A EMPRESA....., VISANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL, NAS CLÁUSULAS SEGUINTES .

**CREDENCIAMENTO**

O Município de Botuverá, através da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Fundo Municipal de Assistência Social de Botuverá**, com sede na Rua São Manoel, 140, Centro – Casa da Cidadania, Botuverá/SC, CNPJ n.º 09.149.617/0001-48, doravante denominada **SECRETARIA/FUNDO**, neste ato representado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social de Botuverá, Sra. ...., do outro lado \_\_\_\_\_, pessoa jurídica, CNPJ \_\_\_\_\_, com sede no endereço....., por seu representante legal, o Sr.(a)....., doravante denominada **CREDENCIADA**, tendo em vista o que dispõe as normas gerais de Licitações e Contratos Administrativos editadas pela Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, celebram este TERMO DE CREDENCIAMENTO, de conformidade com o Processo de Inexigibilidade Nº \_\_\_\_ e mediante as seguintes cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

**1.1. CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO, LEI 13.146/2015, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E DEMAIS NORMAS LEGAIS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS VIGENTES, conforme termos do processo.**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA**

**2.1.** O presente Termo de Credenciamento tem fundamentação jurídica no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, artigo 28 do Decreto Municipal nº 3.243/2024, artigos 6º, XLIII e 79 da Lei 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis à espécie, mediante as condições a seguir estabelecidas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E DA EXECUÇÃO**

**3.1.** A execução do serviço será pelo período de 1 (um) ano, podendo, este prazo, ser prorrogado de acordo com o disposto nos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021, caso haja interesse da Administração, com a anuência do credenciado, desde que mantidas as condições de Habilitação originais, mediante apresentação de todos os documentos para habilitação atualizado.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES MENSAIS**

**4.1.** O valor máximo estabelecido no(s) contrato(s) a ser pago, dividido entre todos os credenciados, é de R\$ 375.630,00 (trezentos e setenta e cinco mil, seiscentos e trinta reais) pelo período total de 12 (Doze) meses a contar da data de assinatura do contrato.

**4.2.** Os serviços serão contratados conforme a demanda dos serviços e nas quantidades e valores de acordo com a tabela abaixo:



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Item:	Produto	UND.	QTDE.	Vlr.Unit.	Vlr. TOTAL

4.2. Na hipótese de prorrogação da vigência do termo de credenciamento, o valor poderá ser reajustado, obedientes às determinações do Fundo Municipal de Assistência Social e / ou Gestão Municipal.

4.2.1. Após 01 (um) ano, poderão ser reajustados os valores pela correção monetária adotada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA/IBGE.

#### CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes deste instrumento de termo de credenciamento correrão por conta dos recursos alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Botuverá neste exercício e correspondente nos exercícios subsequentes;

5.2. As despesas para atender ao presente credenciamento correrão na seguinte dotação:

...  
...

#### CLÁUSULA SEXTA - DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

**6.1.** Compete à SECRETARIA / FUNDO acompanhar, coordenar, gerenciar e fiscalizar as obrigações decorrentes deste termo de credenciamento, dentro do prazo previsto para a sua execução, através das Comissões de Seleção Técnica, Fiscalização e Monitoramento designadas por meio de Portaria da Secretária da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para este fim ou de qualquer outra que venha a modificá-la ou substituí-la, objetivando atender às necessidades dos usuários, ao interesse público e às necessidades da Administração.

**6.2.** A CREDENCIADA facilitará aos órgãos competentes o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, de forma ampla e irrestrita, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores designados para fiscalizar a execução do objeto.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até o 5º(quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, contados da liquidação da despesa, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado, e com as necessárias anotações, conforme regras a cerca das condições de pagamento estabelecidas no termo de referência, anexo II ao edital.

7.2. Para fins de cálculo do pagamento a entidade credenciada, será considerado o período em dias de internação/permanência do acolhido, podendo este ser fracionado dividindo-se o valor mensal, pelo numero de dias de acolhimento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

8.1. A Instituição deve garantir cuidados de saúde aos idosos, oferecendo assistência médica, enfermagem e cuidados especializados para atender as necessidades dos idosos, incluindo o acompanhamento de doenças crônicas. Proporcionar um ambiente seguro e supervisionado, minimizando riscos de quedas, acidentes e abusos. Estimular a interação social, combatendo o isolamento e a solidão frequentemente vivenciados pelos idosos que vivem sozinhos. Garantir alimentação adequada, fundamental para a saúde e bem-estar dos idosos. Oferecer atividades recreativas e terapêuticas que promovam o entretenimento e o estímulo cognitivo. Respeito aos direitos dos idosos, incluindo dignidade, liberdade e participação nas decisões que afetam suas vidas.

8.2. O serviço a ser executado deverá estar de acordo com as normativas da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, garantindo o sigilo e a privacidade das pessoas idosas acolhidas, respeitando os costumes, as tradições e as diversidades em relação aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, a questão de raça/etnia, de crença, de gênero e orientação sexual, devendo



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

permanecer acolhido até que seja possível o retorno à família de origem ou extensa, organizando-se em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto do Idoso e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Idosos” e das normas da ANVISA.

8.3. Os atendimentos devem ser prestados de forma personalizada, garantindo a individualidade e, ainda, em unidade institucional com característica domiciliar que acolha idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve a instituição assegurar a convivência dos idosos com familiares, amigos e pessoas de referência, de forma contínua, bem como promover o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.

8.4. A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, assegurando o atendimento de qualidade, personalizado, com até 04 (quatro) idosos por quarto e as ações devem pautar no incentivo do desenvolvimento do protagonismo e do desenvolvimento das capacidades para a realização de atividades da vida diária, favorecendo condições para a independência e o autocuidado.

8.5. A instituição deverá também promover o acesso dos idosos a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência e contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável, assegurando um espaço coletivo para o encontro entre os idosos acolhidos e destes de forma intergeracional, favorecendo a convivência familiar e comunitária, identificando necessidades e motivações, desenvolvendo potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, propiciando vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social dos usuários.

8.6. Deverá também:

- Favorecer a integração dos idosos por meio do incentivo à participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, possibilitando a inclusão por meio de ocupações internas e externas, relacionando-as aos interesses, vivências, desejos e às possibilidades ofertadas, colaborando com redes inclusivas no território;
- Acolher e garantir a proteção integral de forma individualizada e extensivo aos usuários com vínculos de parentesco na mesma unidade de acolhimento;
- Garantir a inclusão dos idosos com deficiência, prevenindo práticas segregacionistas e o confinamento;
- Oferecer ambiente e condições favoráveis ao processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência, violação de direito e a ruptura de vínculos;
- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária, sensibilizando grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e políticas setoriais e intersetoriais, desenvolvendo estratégias que estimulem e potencializem recursos das pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Desenvolver condições para a independência e autocuidados;
- Garantir a preservação da individualidade e de identidade de cada idoso e a guarda de seus pertences de forma acessível ao idoso, de modo que ele possa utilizar e dispor dos mesmos conforme o seu interesse e necessidade diária (vestimentas, roupa de cama e banho etc.);
- Garantir a proteção e os cuidados dos idosos durante em período integral (24 horas ininterruptas);
- Identificar situações de dependência e estimular hábitos e atitudes de autonomia e de interação social dos usuários com as pessoas da comunidade, oferecendo possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã respeitando o interesse e a escolha com autonomia;

**8.7. Localização e infraestrutura**

- A unidade institucional deverá estar localizada, obrigatoriamente, dentro de uma distância não superior ao raio de 150 km (cem) quilômetros do município de Botuverá, objetivando a manutenção dos vínculos familiares e comunitários dos acolhidos, viabilizando o acompanhamento e fiscalização da equipe.
- Também deverá atender aos requisitos de infraestrutura física, exigidas em códigos, leis ou normas pertinentes, quer na esfera federal, estadual ou municipal e, normas específicas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas referenciadas no Regulamento Técnico da RDC Nº 283/2005 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- O serviço deverá ser executado em local de fácil acesso e de total segurança, possuir características residenciais com a estrutura física adequada, organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes, em adequação às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, acessibilidade, individualidade e privacidade, num ambiente acolhedor, sendo o endereço institucional utilizado como referência domiciliar aos acolhidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

## CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 9.1 São obrigações da Contratante:

- a) Verificar e comparar minuciosamente as informações contidas no relatório de crítica com as constantes nas notas fiscais;
- b) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de comissão/servidor especialmente designado;
- c) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- d) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- e) A Secretaria e Fundo Municipal de Assistência Social de Botuverá/SC, deverão manter publicada a lista atualizada dos Credenciados no *site* oficial do Município de Botuverá;

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DAS VEDAÇÕES

**12.1.** É vedado à CREDENCIADA deixar de prestar o serviço conforme determinado em edital e orientado pela SECRETARIA, estando sujeito às penalidades previstas em lei.

**12.2.** É terminantemente vedada a publicação de propagandas sobre o credenciamento com a SECRETARIA / FUNDO, em qualquer veículo de comunicação e nas redes sociais, assim como a oferta de vagas pelo credenciamento aos munícipes, uma vez que deverá sempre prevalecer o interesse público e não o interesse particular da CREDENCIADA, sob pena de descredenciamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DOS ENCARGOS

**13.1.** Todos os possíveis encargos e obrigações sociais existentes ou que venham a ser criados nas legislações trabalhista, previdenciária e securitária, bem como todos e quaisquer tributos, Federais, Estaduais ou Municipais, que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços mencionados, serão de exclusiva responsabilidade da CREDENCIADA.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As sanções administrativas que poderão ser cominadas ao CONTRATADO, garantida a prévia defesa do interessado, no respectivo processo administrativo, observando os procedimentos previstos na Lei 14.133/2021, só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- 14.2. Comprovação, pela Contratada, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento do objeto contratado;
- 14.3. Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis ao Contratante;
- 14.4. Comete infração administrativa o fornecedor que incorrer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
  - a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) Der causa à inexecução total do contrato;
  - d) Deixar de entregar a documentação exigida para a contratação;
  - e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) Ensejar o retardamento da execução do serviço sem motivo justificado;
  - g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
  - h) Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - i) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - j) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos desta contratação.
  - k) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.5. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

14.5.1. Advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.5.2. Multa, que poderá ser cobrada administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

- a) Pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 15 (quinze) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
- b) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Art. 379 e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
- c) As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;
- d) Aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA após a sua imposição.

14.5.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 14.2.2. a 14.2.6. deste Edital, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 14.2.7. a 14.2.11., bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

14.8. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

14.9. As penalidades de multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções e deverão ser pagas através de depósito bancário em conta e prazo indicados no edital ou poderão ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

14.10. As multas, sempre que possível, serão descontadas dos créditos da CREDENCIADA junto à SECRETARIA ou, se for o caso, cobradas administrativa ou judicialmente.

14.11. As multas previstas nesta Cláusula não eximem a CREDENCIADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à SECRETARIA ou a terceiros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

15.1. A SECRETARIA poderá rescindir o Termo de Credenciamento por interesse público a qualquer tempo, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

15.2. Constituem motivos para rescisão ou denúncia do instrumento jurídico a ser firmado o não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na Lei de Licitações e demais legislações constantes do Edital do Credenciamento nº 12/2024.

15.3. Além dos motivos supracitados, as reclamações dos beneficiários com relação aos serviços da CREDENCIADA, poderão ensejar o descredenciamento destas do Projeto, sendo respeitado o direito de ampla defesa e contraditório, por meio de processo instruído pela SECRETARIA.

15.4. Os prestadores receberão pelos serviços prestados exclusivamente os valores previstos na Tabela de Grau de Dependência. Eventual cobrança de qualquer valor excedente dos usuários ou seus responsáveis acarretará na imediata rescisão do contrato e sujeição à declaração de inidoneidade e responsabilização cível e criminal;

15.5. Se constatado que o Credenciado executou e/ou estiver executando serviços diferentes dos indicados no Termo de Referência serão aplicadas medidas cabíveis, tais como notificação formal e rescisão contratual caso o problema persista;

15.6. Em qualquer hipótese de descredenciamento, a CREDENCIADA fará jus aos valores relativos aos serviços





ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

efetivamente prestados e atestados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

**16.1.** A SECRETARIA providenciará a publicação do extrato deste Instrumento no Meio oficial de publicação do Município de Botuverá.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DOS CASOS OMISSOS

**17.1.** Os casos omissos, as dúvidas ou quaisquer divergências decorrentes da execução deste Termo de Credenciamento serão dirimidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

**18.1.** Nos casos em que não for possível solução administrativa em negociação de que participe o órgão de assessoramento jurídico da administração pública, fica eleito o foro da comarca de Brusque/SC para dirimir quaisquer questões ou controvérsias oriundas da execução deste Termo de Credenciamento, com renúncia de qualquer outro.

Botuverá, xxxxxx de xxxxx de 2024

Jussara de Oliveira  
Secretária Municipal de Assistência Social



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

ANEXO V  
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2024, QUE FAZEM  
ENTRE SI O MUNICÍPIO DE Botuverá/SC, POR INTERMÉDIO DO  
FUNDO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA  
SOCIAL E .....

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., localizada na Rua ....., ....., Botuverá/SC, devidamente representado pela Secretária Municipal de Assistência Social de Botuverá, Sra. ...., doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado o(a)....., inscrito(a) no CNPJ/.....MF sob o n.º ....., sediado(a) na ....., em doravante designado CONTRATADO, neste ato, representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Credenciamento 01/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS (ILPI), DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, LEI 10.741/2003 – ESTATUTO DO IDOSO, LEI 13.146/2015, ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA** nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Un.	Quantidade	Total Mensal	Total anual
01					
02					
03					
TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. o Termo de Referência;
- 1.3.2. o Edital da Licitação;
- 1.3.3. a Proposta do contratado;
- 1.3.4. eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados da assinatura do contrato, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

2.2. O contrato terá o prazo de 1 (um) ano, podendo ser renovado anualmente durante a vigência do edital ao qual está vinculado, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

13.3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$..... ( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

**CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ (DD/MM/AA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial – IPCA/IBGE, obedientes às determinações do Fundo Municipal de Assistência Social e / ou Gestão Municipal, exclusivamente, para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber a prestação de serviços no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente, emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo conforme Lei nº 14.133, de 2021, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo conforme Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. A Instituição deve garantir cuidados de saúde aos idosos, oferecendo assistência médica, enfermagem e cuidados especializados para atender as necessidades dos idosos, incluindo o acompanhamento de doenças crônicas. Proporcionar um ambiente seguro e supervisionado, minimizando riscos de quedas, acidentes e abusos. Estimular a interação social, combatendo o isolamento e a solidão frequentemente vivenciados pelos idosos que vivem sozinhos. Garantir alimentação adequada, fundamental para a saúde e bem-estar dos idosos. Oferecer atividades recreativas e terapêuticas que promovam o entretenimento e o estímulo cognitivo. Respeito aos direitos dos idosos, incluindo dignidade, liberdade e participação nas decisões que afetam suas vidas.

9.2. O serviço a ser executado deverá estar de acordo com as normativas da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, garantindo o sigilo e a privacidade das pessoas idosas acolhidas, respeitando os costumes, as tradições e as diversidades em relação aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, a questão de raça/etnia, de crença, de gênero e orientação sexual, devendo permanecer acolhido até que seja possível o retorno à família de origem ou extensa, organizando-se em consonância com os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto do Idoso e das “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Idosos” e das normas da ANVISA.

9.3. Os atendimentos devem ser prestados de forma personalizada, garantindo a individualidade e, ainda, em unidade institucional com característica domiciliar que acolha idosos com diferentes necessidades e graus de dependência. Deve a instituição assegurar a convivência dos idosos com familiares, amigos e pessoas de referência, de forma contínua, bem como promover o acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade.

9.4. A capacidade de atendimento das unidades deve seguir as normas da Vigilância Sanitária, assegurando o atendimento de qualidade, personalizado, com até 04 (quatro) idosos por quarto e as ações devem pautar no incentivo do desenvolvimento do protagonismo e do desenvolvimento das capacidades para a realização de atividades da vida diária, favorecendo condições para a independência e o autocuidado.

9.5. A instituição deverá também promover o acesso dos idosos a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência e contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável, assegurando um espaço coletivo para o encontro entre os idosos acolhidos e destes de forma intergeracional, favorecendo a convivência familiar e comunitária, identificando necessidades e motivações, desenvolvendo potencialidades e capacidades para novos projetos de vida, propiciando vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e do protagonismo social dos usuários.

9.6. Deverá também:

- Favorecer a integração dos idosos por meio do incentivo à participação em atividades culturais, esportivas e de lazer, possibilitando a inclusão por meio de ocupações internas e externas, relacionando-as aos interesses, vivências, desejos e às possibilidades ofertadas, colaborando com redes inclusivas no território;
- Acolher e garantir a proteção integral de forma individualizada e extensivo aos usuários com vínculos de parentesco na mesma unidade de acolhimento;
- Garantir a inclusão dos idosos com deficiência, prevenindo práticas segregacionistas e o confinamento;
- Oferecer ambiente e condições favoráveis ao processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo;
- Contribuir para a prevenção do agravamento de situações de negligência, violência, violação de direito e a ruptura de vínculos;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

- Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais;
- Possibilitar a convivência comunitária, sensibilizando grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos;
- Promover o acesso à rede socioassistencial, aos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e políticas setoriais e intersetoriais, desenvolvendo estratégias que estimulem e potencializem recursos das pessoas idosas, de suas famílias e da comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social;
- Desenvolver condições para a independência e autocuidados;
- Garantir a preservação da individualidade e de identidade de cada idoso e a guarda de seus pertences de forma acessível ao idoso, de modo que ele possa utilizar e dispor dos mesmos conforme o seu interesse e necessidade diária (vestimentas, roupa de cama e banho etc.);
- Garantir a proteção e os cuidados dos idosos durante em período integral (24 horas ininterruptas);
- Identificar situações de dependência e estimular hábitos e atitudes de autonomia e de interação social dos usuários com as pessoas da comunidade, oferecendo possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo à participação cidadã respeitando o interesse e a escolha com autonomia;
- O serviço deverá ser executado em local de fácil acesso e de total segurança, possuir características residenciais com a estrutura física adequada, organizada de forma a atender aos requisitos previstos nos regulamentos existentes, em adequação às necessidades dos usuários, oferecendo condições de habitabilidade, higiene, salubridade, acessibilidade, individualidade e privacidade, num ambiente acolhedor, sendo o endereço institucional utilizado como referência domiciliar aos acolhidos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1 Não há exigência de garantia contratual conforme termo de referência apresentado.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**I. Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

IV. Multa:

- a) Pelo atraso injustificado no fornecimento dos serviços, ficará a CONTRATADA sujeita a multa de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, do valor da obrigação, se o atraso for até 15 (quinze) dias. Excedido este prazo, a multa será em dobro;
- b) Pela inexecução total ou parcial do Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no Art. 379 e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor dos serviços não prestados;
- c) As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;
- d) Aplicadas as multas, a CONTRATANTE descontará do primeiro pagamento que fizer à CONTRATADA após a sua imposição.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral vigente e posteriores do Fundo Municipal de Botuverá, na dotação abaixo discriminada:

xxxxxxxxxxxx-xxx

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Brusque/SC, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pelas partes contratantes.

Botuverá, xx de xxxx de 202x.

.....  
função...  
CONTRATANTE

.....  
função...  
CONTRATADA

**GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

.....  
função...  
GESTOR

.....  
função...  
FISCAL



ESTADO DE SANTA CATARINA  
**MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/FMAS**

CNPJ: 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000 – Botuverá-SC  
Fone(47)3359-3200 - [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - <https://botuvera.atende.net>, [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

## ANEXO VI- DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Botuverá/SC.

A empresa....., inscrita no CNPJ: .....através de seu representante legal, Sr(a) ..... CPF.....,

**DECLARA, sob as penas da Lei, todo o constante abaixo:**

- ✓ **DECLARO**, para os devidos fins que conheço todas as regras do Edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- ✓ Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública e que está de acordo com as cláusulas do edital, devidamente assinada por representante(s) legal(is) da empresa
- ✓ **DECLARO**, sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme cita em seu art. 156, que esta Empresa não está impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública e nem foi declarada inidônea, ciente de declarar ocorrências posteriores.
- ✓ **DECLARO**, sob as penas da Lei Federal nº 14.133/2021 que esta Empresa não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- ✓ **DECLARO**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- ✓ **DECLARO**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ✓ **DECLARO**, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021, que minha proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- ✓ Declaro, sob as penas da lei, para fins legais, a inexistência no quadro da empresa, de sócios ou empregados com vínculo de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, ou, ainda, que sejam cônjuges ou companheiros de ocupantes do quadro da Prefeitura Municipal de Taquara/RS, nos cargos de direção e chefia ou exercentes de função gratificada de mesma natureza, bem como de seus agentes políticos;

Local e data

---

Representante legal